

Aconteceu

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel, Rubem Alves,
Jether Pereira Ramalho, Heloísa Martins,
Luiz Roncari

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Editor do Aconteceu
André Amaral Toral

Assinatura anual: Cr\$ 2.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 5.000,00
Envie junto com seu pedido um
cheque nominal ou vale postal a
Tempo e Presença Editora Ltda
Caixa Postal 16082
Rio de Janeiro RJ
CEP 22221



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 23 A 29 DE AGOSTO DE 1983
Nº 235 - CIRCULAÇÃO INTERNA

TRABALHADORES URBANOS

CONCLAT APROVA CENTRAL ÚNICA E INICIA MOBILIZAÇÃO CONTRA 2.045

O 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), encerrado ontem em São Bernardo do Campo com a participação de 5.265 delegados, aprovou a criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) e elegeu uma coordenação provisória, composta de 83 sindicalistas, com mandato de um ano, quando serão realizadas eleições diretas em todos os sindicatos do País para escolha definitiva da direção dos trabalhadores brasileiros. A executiva desta comissão, composta de sete membros, é presidida por Jair Meneghelli, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (pertencente à ala petista) e tem como secretário-geral Paulo Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, no Rio Grande do Sul (considerado independente de correntes partidárias). O plenário do 1º Conclat aprovou que a coordenação eleita no Congresso deverá encaminhar ao governo federal a reivindicação pela retirada do decreto-lei 2.045, esperando uma resposta até o prazo de 14 de outubro, ao mesmo tempo em que será feita ampla mobilização contra a medida, com assembleias, atos de protesto e reuniões em locais de trabalho e portas de fábricas. Os protestos incluirão campanha contra a intervenção nos sindicatos, pelo rompimento dos acordos com o FMI e a favor da reforma agrária. Se o governo não atender ao pedido de retirada do decreto até meados de outubro, será intensificada a preparação de uma greve geral. A paralisação deverá ocorrer necessariamente antes de 25 de outubro, prazo em que termina a tramitação da matéria no Congresso. Os outros membros da executiva são João Vasconcelos, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, Jacó Bitar, presidente cassado do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Abdias dos Santos, dos metalúrgicos de Niterói, José Novaes, representando os trabalhadores rurais de Vitória da Conquista, e Avelino Ganzer, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. (FSP - 29/8/83)

TRABALHADORES RURAIS E URBANOS COMPARECEM MASSIVAMENTE AO CONCLAT

O 1º Conclat, que será encerrado hoje em São Bernardo do Campo, tinha até ontem pela manhã 5.265 delegados inscritos, número que superou todas as expectativas dos organizadores do encontro. A quantidade de sindicatos subiu para 707 (393 urbanos e 314 ru-

rais) e participam ainda 221 associações, sete federações e nove entidades nacionais. Jair Meneghelli, esclareceu ontem as questões ligadas às duas propostas discutidas para os estatutos da CUT. Uma delas, feita antes da cisão do movimento sindical e atribuída aos secretariados nacional da Pró-CUT consiste basicamente na defesa de um comando para o movimento sindical dentro da estrutura sindical vigente, "uma Confederação das Confederações". A outra proposta é de São Bernardo do Campo e dos bancários de São Paulo e consiste na criação de uma Central Única desatrelada da estrutura atual, formada a partir das bases. Ontem, os congressistas passaram todo o dia em discussões de grupos em torno de três pontos principais: Plano de Lutas, Plano de Ação e a Central Única. No início da noite, os relatores dos dez grupos deveriam reunir-se para elaborar um documento único a ser apresentado a plenário de hoje. Ao mesmo tempo estava programada uma reunião geral dos delegados do Setor Rural, que pretendem encaminhar suas lutas de forma articulada a nível nacional, tentando superar as dificuldades de contatos que os sindicalistas do campo enfrentam. As discussões girariam também em torno da participação dos trabalhadores rurais na greve geral, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde os agricultores cooperaram com a paralisação do último dia 21 de julho. Para Paulo Azevedo, presidente cassado dos Metroviários de São Paulo, a grande surpresa do encontro foi a grande participação de sindicatos rurais: "Quando a gente vê a repressão no movimento sindical rural com o assassinio de líderes, a luta pela posse da terra, o quando esses trabalhadores vêm discutir juntamente com seus companheiros urbanos estas questões, o avanço no processo de libertação tem um saldo muito grande. O importante a salientar, é que esses sindicatos estão aqui contra a decisão da Contag e isto mostra que, apesar da estrutura sindical vigente, estão dispostos a lutar". (FSP - 28/8/83)

CANDIDATURA DE BITTAR FOI IMPASSE

O impasse entre os dois grupos que disputavam a direção da CUT surgiu com a decisão de Jacó Bittar de candidatar-se à presidência. Os defensores do "regime presidencialista" argumentavam que a constituição da CUT exigia uma figura única com a qual os trabalhadores pudessem se identificar, ao mesmo tempo, que impediria outras correntes que não participaram do encontro de São Bernardo de se integrarem à Central dos Trabalhadores. Essa posição foi defendida pela grande maioria dos 1 mil 664 delegados rurais e pelos sindicatos de jornalistas, professores e da construção civil do Pará, quase toda a delegação do Piauí, a maior parte do Ceará e de parte dos trabalhadores rurais da Bahia e Goiás, com apoio da Igreja e da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais, identificada com o PT. A segunda posição defendia que a direção da CUT deveria ser dirigida por um "colegiado". Os dois grupos afirmaram que tinham o apoio de Lula. Ciente do impasse, Lula em nenhum momento declarou qual grupo apoiava. Quando a decisão foi colocada em votação, o plenário se dividiu: houve duas votações, a Mesa não pode declarar qual a vencedora. Surgiu o impasse, que foi resolvido quando os líderes das duas tendências, juntamente com Lula, reuniram-se num canto para fazer um acordo. A solução saiu com uma proposta em que a coordenação seria exercida apenas por dirigentes sindicais urbanos, excluindo os sindicalistas rurais. A proposta provocou violentos protestos dos delegados rurais. Essa reação obrigou a uma nova proposta com ampliação de cinco para sete o número da coordenação nacional, incluindo os nomes de dois líderes rurais. (JB - 29/8/83)

CONFEDERAÇÕES CONDENAM CRIAÇÃO DA CUT

Os presidentes das Confederações Nacionais dos Trabalhadores na Indústria, Ari Campista; no Comércio, Antônio Almeida; e nos Transportes Terrestres, Orlando Coutinho distribuíram ontem nota oficial condenando a criação de uma central única operária no Brasil. Para eles, a atual estrutura sindical brasileira, com oito confederações, permite que os trabalhadores se unam e resolvam os seus problemas mais urgentes. Eles pretendem realizar até o fim do ano um Congresso Sindical Nacional. Inicialmente, o congresso é exclusivo para as entidades sindicais filiadas à CNTI, CNTC e CNIT. Entre

ento, outras poderão participar, "desde que haja adesão ao nosso posicionamento (sic) e às nossas idéias", ressaltou Ari, lembrando que os tópicos principais do encontro serão desemprego e arrocho salarial. A nota dos dirigentes não faz qualquer referência ao decreto-lei 2.045, que reduz a 80% do INPC as correções salariais. (FSP - 24/8/83)

PRÓSSEGUE A GREVE EM TAUBATÉ

Cerca de 600 funcionários da Companhia Taubaté Industrial (SP), que se encontram em greve legal desde o dia 15 de julho, por não terem recebido seus salários de junho, recusaram ontem a proposta da empresa de voltarem ao trabalho na próxima segunda-feira. (ESP - 24/8/83)

FUNCIONÁRIOS DO PORTO DE S. SEBASTIÃO REIVINDICAM SEUS DIREITOS

O diretor do Departamento Hidroviário, ligado à Secretaria dos Transportes do Estado, visitou ontem o porto de São Sebastião (SP), a fim de conhecer e discutir a situação funcional dos 80 empregados desse porto de mar. O porto de São Sebastião, apesar de ser regido pela Portobrás, está sob concessão do governo do Estado até 1994. Assim, conforme o vereador Gonçalves, do PMDB de São Sebastião, funcionários do porto, "nos não temos nem os benefícios da lei estadual nem gozamos da lei federal". Seus funcionários trabalham 44 horas semanais, quando a lei estadual que os rege determina somente 40 horas de trabalho por semana. As regalias previstas pela lei federal também não alcançam os empregados; cerca de 37 funcionários, alguns com mais de cinco anos de casa, estão até hoje sem ter suas carteiras de trabalho assinadas. (ESP - 24/8/83)

BANCÁRIOS REIVINDICAM REAJUSTE

Os quase 380 mil bancários dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão reivindicando reajuste salarial com base na Lei nº 6.708 (com o adicional de 10% acima do INPC para os que recebem entre um e três salários mínimos regionais), taxa de produtividade de 15%, estabilizada pelo período de um ano e piso profissional de Cr\$ 120 mil. A pauta de reivindicações da categoria já foi encaminhada ao sindicato patronal e a primeira rodada de negociações deverá ocorrer esta semana. A coordenação da campanha salarial deste ano está sendo feita pela federação da categoria, representando 40 sindicatos, entre eles, o dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, cuja diretoria foi cassada pelo Ministério do Trabalho. Apesar da cassação, o vice-presidente do órgão da Capital paulista, Gilmar dos Santos, participou do primeiro encontro com os representantes patronais, como integrante da comissão de negociação. Criticou os últimos "pacotes" do governo, restringindo as negociações com os empresários e reduzindo os reajustes de salários (Decreto-Lei nº 2.045 e a portaria do Ministério do Trabalho determinando taxa de produtividade zero para os dissídios até o final do ano). "Com o aumento das taxas de juro, os lucros dos bancos foram altíssimos, dando condições para os trabalhadores negociarem melhores salários e condições de trabalho, mas são impedidos pelo governo", afirmou. (ESP - 23/8/83)

SINDICALISTAS SÃO DESTITUÍDOS E AGORA RESPONDERÃO INQUÉRITO

O delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal, informou ontem que os diretores destituídos do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Metroviárias de São Paulo serão indiciados em inquérito no Dops do DPF, acusados de incentivar e apoiar a greve da categoria em 21 de julho. A decisão de abertura do inquérito deveu-se à conclusão da sindicância procedida por comissão formada a pedido do Ministério do Trabalho. (ESP - 23/8/83)

ATÉ OS EMPRESÁRIOS-CONDENAM ARROCHO E JUROS ALTOS

Num encontro de quase três horas com o presidente Aureliano, os empresários signatários do documento propondo mudanças na economia brasileira manifestaram-se ontem contrários ao decreto-lei 2.045, argumentando que "o momento não é de achatamento salarial, mas sim de achatamento dos juros bancários". Estavam presentes Antônio Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal, Cláudio Bardella, Abílio Diniz, Laerte Setúbal, José Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau Johanpetter, José Mindlin, Severo Gomes e Manoel da Costa Santos. Durante a reunião o presidente Aureliano solicitou a presença dos ministros da Fazenda, do Planejamento. Os dois garantiram aos empresários que o crescimento do Produto Interno Bruto será positivo no ano que vem, contradizendo informações divulgadas durante a semana pelo ministro Delfim Neto de que o PIB teria um crescimento zero em 84. (FSP - 25/8/83)

AURELIANO OUVI DENÚNCIAS DE SINDICALISTAS SOBRE A BELGO

"Este País não é só de empresários e do governo, mas de toda a população e é com muito prazer que eu recebo aos senhores trabalhadores em meu gabinete." Com essa afirmação o presidente Aureliano Chaves recebeu ontem um grupo de sindicalistas de João Monlevade, Minas Gerais, que foi denunciar ao chefe do governo a direção da Belgo Mineira que demitiu, apenas este ano, 213 trabalhadores. Os trabalhadores disseram ao Presidente que a Belgo tem encomendas garantidas até o final do próximo ano e teve um lucro de Cr\$ 8,2 bilhões em 82, não justificando as atuais demissões. Os metalúrgicos da Belgo denunciam que a empresa está criando um clima de desconfiança entre o sindicato e os trabalhadores, forçando uma intervenção do Ministério do Trabalho em represália pelo fato de os operários terem rejeitado, por unanimidade, o acordo proposto pela empresa. A Belgo queria que os trabalhadores abrissem mão do seu direito de terem seus salários reajustados, em abril passado, pelo INPC, conforme a lei salarial então em vigência. O documento também denuncia que a Belgo já tem pronta uma nova lista de demissões e que os diretores da empresa recebem cerca de Cr\$ 8 milhões mensais. (FSP - 25/8/83)

BANCÁRIOS SÃO PRESOS PELA PF

Agentes da Polícia Federal invadiram ontem a sede do Sindicato dos Bancários, sob intervenção, expulsando um grupo de cerca de 50 bancários - entre eles, parte da diretoria cassada pelo Ministério do Trabalho - e prendendo três diretores. O restante do grupo, dispersado, fugiu por uma porta lateral do sindicato. Os bancários estavam tentando ser recebidos pelos interventores nomeados para solicitar uma posição sobre o dissídio coletivo da categoria, cuja data-base é 1º de setembro. Eles pediriam procuração para que a Federação dos Bancários negociasse, ou autorização para que a diretoria cassada, em comissão, encaminhasse as reivindicações da categoria, ou que se ajuizasse o dissídio coletivo. (FSP - 24/8/83)

D. VILELA PRESIDE ATO CONTRA DEMISSÃO DOS 180 PETROLEIROS

O arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, preside hoje, na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, a um ato público de protesto contra a demissão dos 180 petroleiros que participaram da greve na Refinaria Landulfo Alves. O ato é organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil - seção Bahia e a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. Além do cardeal, farão pronunciamentos os presidentes da OAB e da CJP. (FSP - 23/8/83)

SERVIDORES QUEREM MAIS 34%

Os servidores públicos estaduais e municipais vão reivindicar uma complementação salarial de 34%, a partir de 1º de setembro, pois o aumento concedido este ano de há muito foi corroído pela inflação. A decisão foi tomada anteontem à noite, no encerramento do 3º Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, que reuniu 300 delegados, representando 30 entidades do funcionalismo estadual, municipal e federal em São Paulo (SP). Ficou decidido ainda a manutenção da comissão estadual de mobilização para encaminhar a campanha salarial neste segundo semestre; o reconhecimento da Fespasp como instância unificada do funcionalismo; e a democratização da entidade. (FSP - 23/8/83)

CONSTRUÇÃO CIVIL DEMITE 65 MIL TRABALHADORES DE SETEMBRO A JUNHO EM SP

De setembro de 1982 até junho de 1983 o setor da construção civil em São Paulo demitiu 65 mil empregados - uma redução de 43%. Ainda tomando por base os últimos 11 meses, a expectativa é de que até o fim do ano essa queda chegue a 65%, o que implicará desaparecimento de 100 mil vagas. Esses dados constam da pesquisa trimestral feita pelo Sindicato das Empresas de Construção, Vendas e Incorporação de Imóveis (Secovi) para avaliar o comportamento do setor. (JB - 24/8/83)

DER NÃO PAGA EMPREITEIRA E OPERÁRIOS NÃO RECEBEM

Os operários da Cabiúna, empreiteira contratada pelo DER para execução de um plano rodoviário no Pontal do Paranapanema (SP), não recebem seus salários há quatro meses. Eles denunciaram a empresa na Justiça do Trabalho, mas na com ameaças os patrões lhes oferecem perspectivas de solução do problema. Quando procurados, os diretores da Cabiúna alegam que o DER não pagou os serviços realizados. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário disse ter descoberto que o órgão deixou de pagar Cr\$ 40 milhões à empreiteira. (ESP - 24/8/83)

ESTIVADORES VÃO A BRASÍLIA EM BUSCA DE APOIO

"Vocês estão hospedados onde?" - perguntou o líder do Governo na Câmara, Marchezan. - No bagageiro do ônibus - respondeu Aliomar Vargas, líder de 50 estivadores de Paranaguá (PR). Os estivadores paranaenses estão em romaria, inútil até ontem, pelos gabinetes de políticos no Congresso. Depois de vender seus radinhos de pilha, relógios e até sapatos, os estivadores partiram de Paranaguá - a 50 quilômetros de Curitiba - sexta-feira. "Alugamos um ônibus para resolver aqui o nosso problema de desemprego. O porto está precisando de estivadores e o comandante dos portos está negando só de pirraça" - conta Vargas. Há dois anos, 4 mil estivadores reivindicam 300 vagas. "Só deram 146, há um mês, distribuídas por eles mesmos" - queixou-se Vargas. Em documento que pretendiam entregar pessoalmente ao Ministro da Marinha, mas não conseguiram, os estivadores lembram que "estivador não recebe salário fixo, só recebe pelo que produz e se produzir", e fazem suas contas. Das 146 vagas, o Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo ficou com 48. O INAMPS ficou com outras 28. A diretoria do sindicato ficou com 17, os sócios ficaram com outras 40 e até um time de futebol ganhou vaga, menos nós." (JB - 24/8/83)

TRABALHADORES CONSEGUEM HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO NO SUL

Os trabalhadores nas indústrias de calçados de Estância Velha, Ivótti e Dois Irmãos (RS) tiveram homologado, na reunião do TRT da 4ª Região, o acordo com os patrões, estabelecendo taxas de produtividade a partir da data-base, 1º de agosto, a mesma da em vigor do Decreto-lei nº 2.045, que, por portaria subsequente, estabelece produtividade zero. Além da produtividade de 6%, para quem recebe até três salários mínimos

mpo e de 4%, de três a sete mínimos, o acordo homologado prevê antecipações salariais da metade dos 80%, do INPC, a cada três meses, a partir da data-base. O procurador regional do Trabalho observou que o Decreto-Lei 2.045 não permite o pagamento de taxa de produtividade. "No entanto, como é um acordo entre empregadores e empregados e o decreto ainda não estava regulamentado, constrangido, optei por não recorrer da decisão". O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado de Estância Velha disse que no final das negociações com o sindicato patronal houve o reconhecimento da necessidade de não diminuir ainda mais o poder aquisitivo dos trabalhadores. (ESP - 26/8/83)

MINISTÉRIO DO TRABALHO ESTABELECE LIMITES PARA NEGOCIAÇÃO

Nenhuma empresa poderá conceder aos seus empregados reajuste salarial superior a 80% do INPC e tampouco aumento real nem bônus de produtividade. Isso é o que deverá estar inserido na Portaria do Ministério do Trabalho - a ser publicada ainda esta semana - regulamentando o Decreto-Lei nº 2.045, que alterou a política salarial. (ESP - 23/8/83)

TRABALHADORES RURAIS

MAIS UMA LÍDER DE LAVRADORES DA PARAÍBA SOFRE ATENTADO

"Depois de Margarida, vai ser você." Durante os últimos cinco dias, a advogada Teresa Brito de Braga, da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Campina Grande e vereadora pelo PMDB, recebeu ameaças pelo telefone, mas preferiu silenciar. Na madrugada de ontem, 14 dias após o assassinato de Margarida Maria Alves (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande), a ameaça quase foi consumada: duas bombas foram atiradas no terraço e 37 tiros de espingarda disparados contra as janelas da casa de Teresa, que só se salvou porque atirou-se no chão. A Comissão de Justiça e Paz distribuiu nota, no final da tarde, atribuindo o atentado "ao crime organizado em Campina Grande". O documento acentua que o fato constitui "uma tentativa de intimidar todos aqueles que denunciam a violência institucionalizada e se colocam contra a violação sistemática dos direitos humanos." (JB - 27/8/83)

LAVRADORES DA PARAÍBA INICIAM LUTA TRABALHISTA

Trabalhadores rurais da Paraíba iniciam, hoje, através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, campanha de reivindicações trabalhistas, em Alagoa Grande. Isso, porque 90% dos 110 mil que trabalham no município não têm carteira assinada e nem os direitos regidos por lei. Alagoa Grande é a terra natal de Margarida Maria Alves, ex-presidente do sindicato rural, assassinada no dia 12. Os proprietários de terra dizem que ela exigia demais para os trabalhadores: Previdência Social, 13º salário, repouso remunerado. (JB - 28/8/83)

SUSPENSA A GREVE DOS CANAVIEIROS

Os canavieiros da cidade de Passos, no Sul de Minas Gerais, resolveram atender pedido feito pelo Ministério do Trabalho e suspenderam a greve até as 16 horas de hoje, quando terão nova audiência com os patrões. O acordo entre os trabalhadores e os donos das usinas de açúcar foi feito há mais de mês, mas os patrões não o cumpriam, fazendo com que os canavieiros entrassem em greve. Eles ganhavam 300 cruzeiros pela tonelada de cana, tiveram um aumento de 100 cruzeiros no início do ano e, no último acordo, ficou decidido que receberiam 520 cruzeiros. (ESP - 23/8/83)

AS MULHERES DA SECA

Em Santana do Ipanema, Alagoas, mais de duas mil mulheres reuniram-se com líderes sindicais do sertão e políticos para debater a situação que enfrentam com suas famílias devido à seca. Elas querem que a Sudene melhore as condições de sobrevivência para as mulheres, oferecendo frentes de trabalho e diferentes das que são dadas aos homens, abrigo para seus filhos e horário reduzido. A reivindicação será encaminhada à Sudene, por meio da deputada estadual Selma Bandeira (PMDB-AL). (ESP - 27/8/83)

DENUNCIADO ABANDONO DE COLONOS

O secretário da Agricultura do Paraná denunciou ontem que os projetos de assentamento fundiário do Incra na Amazônia, onde estão aproximadamente 500 mil paranaenses, "são autênticos campos de massacre". Ele visitou um desses projetos do Incra instalados no Acre e constatou que os colonos estão passando fome, adoentados e morrendo por malária, jogados em glebas que mais parecem uma grande lata de lixo". Claus Germer informou que esteve no projeto de assentamento do Incra em Pedro Paixoto, a 60 quilômetros de Rio Branco, numa área de 317 mil hectares, e onde estão 3 mil colonos, dos quais 450 do Paraná. "Esses colonos paranaenses foram expulsos de suas terras no Oeste e Sudoeste do Paraná, das regiões de Santa Helena, São Miguel e Foz do Iguaçu, áreas que foram alagadas por Itaipu. Foram para a Amazônia com a promessa de que receberiam lotes de 60 a cem hectares cada, desmatados, destocados, com uma casa construída e as condições indispensáveis de infra-estrutura. Há dois anos, quando começaram a ser assentados nesse projeto, os colonos só encontraram os lotes demarcados, cobertos por imensas árvores e com algumas estradas abertas, de forma precária. (ESP - 25/8/83)

LAVRADORES SAEM DE FAZENDA NO PARANÁ ANTES DO DESPEJO

Os cerca de 400 lavradores que há mais de um mês invadiram a Fazenda Anoni, no município de Marmeleiro, saíram do local e agora estão acampados nas proximidades aguardando que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária os inclua nos projetos de reassentamento. Caso os lavradores não deixassem a fazenda, no próximo dia 31 seria consumado o despejo judicial determinado pela Justiça Federal a pedido do Incra, que detém o domínio legal da área para regularização definitiva. (ESP - 27/8/83)

FORTALEZA INVADIDA POR FLAGELADOS

Cerca de mil flagelados percorreram ontem as principais ruas do Centro de Fortaleza, em busca de água e alimentos. Outros 500 flagelados se concentraram nas proximidades da catedral metropolitana da Capital cearense, aguardando alguma providência das autoridades, o que não ocorreu. Por volta de 13 horas, quatro dos flagelados caíram desmaiados em consequência da fome e da sede, e os comerciantes da rua onde funciona o comércio atacadista promoveram uma coleta para distribuir entre o grupo. Enquanto isso, no Centro da cidade, famílias inteiras passaram o dia perambulando em busca de qualquer tipo de alimento, e muitos imploravam pelo menos por um pouco de água. As crianças - as mais atingidas - eram levadas de um lado para outro, sem destino certo, mas nada disso chegou a sensibilizar as autoridades do Paço Municipal, que fica a menos de 30 metros do local. A maioria dos flagelados que chegaram ontem a Fortaleza procedia de Juazeiro do Norte, a 500 quilômetros da Capital, de Iaruçuba, a 200 quilômetros, e de Senador Pompeu. (ESP - 27/8/83)

NO CEARÁ POPULAÇÃO RURAL VAI SE EXTINGUINDO

Ontem, o Instituto de Planejamento do Ceará, órgão do governo, advertiu que os trabalhadores rurais e seus dependentes "encontram-se com níveis de nutrição incompatíveis com a própria sobrevivência humana", e alertou: "Os nossos rurícolas, consumindo um

terço das calorias indispensáveis à sua manutenção, caminham de modo inexorável para a sua própria extinção." (FSP - 23/8/83)

NA ZONA RURAL, A GLORIFICAÇÃO DO LATIFÚNDIO

A intervenção governamental no campo cresceu, nos últimos 18 anos, não no sentido de atender às necessidades das legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros de que fala a mensagem 33 que encaminhou ao Congresso Nacional o projeto do Estatuto da Terra, mas sim o de favorecer a grande propriedade." Essa declaração consta do documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura denunciando que os 31 milhões de hectares titulados a partir de 1964 beneficiaram, sobretudo, os latifundiários. (FSP - 28/8/83)

ÍNDIOS

CONSTRUÇÃO DE ESTRADA MOTIVA JAVAÉ A EXIGIREM DEMARCAÇÃO

O grupo de índios Javaé, de Boto Velho, que vive na localidade de Barreira da Cruz, na Ilha do Bananal, está exigindo a demarcação de suas terras antes da chegada da rodovia BR-262, que vai cortar o Parque Nacional do Araguaia. Para a demarcação, os Javaé sugerem à Funai uma redefinição dos limites do Parque Indígena do Araguaia e do Parque Nacional do IBDF. O conjunto de reivindicações dos Javaé está sendo apresentado pelo antropólogo André Toral, do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Além da demarcação, os índios solicitam da Funai a retirada imediata dos posseiros que ocupam as cercanias da aldeia. Os Javaé não recebem qualquer assistência por parte da Funai "e sofrem com a falta de assistência médica, escolar e de subsistência". Além disso, informa o relatório, "a base de sua subsistência, a pesca, está sendo ameaçada com verdadeiro assalto que pescadores profissionais clandestinos e turistas fazem às lagoas do parque indígena e parque florestal do IBDF". Preocupados com a proximidade da estrada que vai cortar a aldeia de Boto Velho, os Javaé sugerem o estudo de um novo trajeto que respeite as roças. O novo trajeto, segundo o antropólogo, "deverá trazer um desvio de apenas 500 metros no traçado original da estrada". (FSP - 29/8/83)

CORONEL DO IBDF CHAMA OS JAVAÉ DE "CARAJÁS" E AFIRMA QUE SÃO "INDECISOS"

A estrada que deverá cortar o Parque Nacional do Araguaia, no Bananal, está com sua construção ameaçada pelos "Carajás" (sic) da reserva indígena. A informação é do delegado do IBDF em Goiânia, coronel Danilo Cunha Melo, ressaltando "a grande indecisão dos índios". Ele frisa que os índios não apresentam reivindicações objetivas sobre o que realmente desejam. "Ora eles decidem deixar a construção" - frisou -, "ora resolvem não mais permiti-la. Trata-se de um problema muito sério, para o qual não sei a decisão mais adequada capaz de assegurar o prosseguimento das obras". O coronel disse haver recebido informação de que determinado grupo de índios está querendo que a estrada passe a 60 quilômetros (sic!) da sede da reserva, localizada na ilha. No seu entender isso seria uma forma de pretender impedir a construção, desviando o seu traçado original. Para ele, a indefinição é tal que o IBDF está sem condições de "dizer qualquer coisa, porque os silvícolas falam uma coisa hoje e voltam atrás no dia seguinte, com reivindicações completamente diferentes." O Delegado acredita na existência de alguém por detrás dessa resistência à construção da estrada, insuflando os índios. Seriam políticos e líderes de outros segmentos da sociedade que estariam manobrando os silvícolas. Com a chegada das máquinas ao local essa resistência poderá deixar de existir. (O POPULAR - 14/8/83)

DEPUTADO DENUNCIA INVASÃO DE TERRA E CORRUPÇÃO NA FUNAI

O deputado estadual Kasuho Sano, do PMDB do Mato Grosso, denunciou, na Assembleia Legislativa, a invasão de terras dos índios Bororo e Bakairí "realizadas com a conivência, cumplicidade e participação de funcionários da 5ª Delegacia Regional da Funai. Ele disse que grande parte das terras estão sendo arrendadas para fazendeiros pela própria Funai. O deputado denunciou também que as multinacionais Euraflora e Mitsui-Yoshioka invadem terras dos Bakairí. Os índios, além de não receberem ajuda da Funai, têm sua produção comercializada pela Funai que fica com todo o dinheiro. Da mesma forma, outra funcionária recebe a verba de aposentadoria dos velhos Bororo sem dar nenhuma satisfação. O deputado, que participou da primeira assembleia geral da Nação Bororo, a convite dos índios, transformou-se no porta-voz desses índios. Um documento sobre a problemática dos Bororo e Bakairí será enviado às autoridades estaduais e federais. A bancada do PDS, através de seu líder, hipotecou solidariedade a causa dos Bororo e propôs a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias. (ESTADO DE MINAS - 19/3/83)

FUNAI TENTA DESACREDITAR CACIQUE BORORO

O cacique Bororo José Ruiz Quearuvare, que liderou a assembleia-geral dos Bororo em Quiabá e denunciou a Funai por "arrendar terras dos índios e desviar pagamentos dos índios aposentados e dinheiro do comércio de cereais produzidos nas aldeias", foi ontem acusado de vender cinco hectares de reservas da Funai ao comerciante Juraci de Oliveira Barbosa, conforme registro no cartório de Jarudorí, em Paxoreo-MT. A acusação foi feita pela Funai (sic!). (ESP - 28/3/83)

AUXÍLIO DA SUDELPA AOS ÍNDIOS DESAGRADA FUNAI

A Funai considerou interferência o fato de a Sudelpa ter procurado a aldeia de índios Guarani, no Rio Branco, em Itanhaém. O delegado Álvaro Vilas-Boas, telefonou para a autarquia procurando explicações. Na oportunidade, a Sudelpa explicou a nova filosofia, que visa prestar maior auxílio na área social e que esse auxílio incluía todas as comunidades carentes, inclusive indígenas. O superintendente colocou a infra-estrutura da Sudelpa à disposição da Funai para o apoio ao seu trabalho. A Sudelpa já cedeu facões, remédios e leite em pó para os Guarani. Os outros equipamentos solicitados pelos índios na visita que a Sudelpa fez à aldeia há duas semanas (enxadas, anzóis, foices, machados, etc.) serão entregues até setembro. A autarquia vai tentar obter também sementes, junto à Casa da Agricultura. Dois representantes do Cimi se encontraram com a Sudelpa e relataram que lutam junto à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário para conseguir a legalização das terras. A área que ocupam, de cerca de 180 alqueires, pertenceria à Repasa. A Sudelpa prometeu ao Cimi acionar outros meios de forma a buscar o apressamento da regularização das terras para os índios do Rio Branco. Segundo informações, a comunidade não quer a interferência da Funai, preferindo ficar sob a proteção do Cimi. (O TRIBUNA - 26/3/83)

PEDIDA DEMARCAÇÃO PARA OS GUARANI

Um abaixo-assinado, com mais de sete mil assinaturas, pedindo a demarcação das terras habitadas pelos índios Guarani na serra da Bocaina, em Angra dos Reis, será encaminhado hoje à presidência da Funai pelo cacique da comunidade, Karai Tatainde, sua mulher, Kretxu, e o coordenador do Projeto Guarani, indigenista Luís Felipe de Figueiredo. O abaixo-assinado foi uma iniciativa do Comitê de Apoio e Defesa dos Índios do Rio de Janeiro, de parlamentares, artistas e intelectuais. O texto recorda que os índios ocupam a área há mais de 20 anos. (O GLOBO - 24/8/83)

POSSEIROS VÃO FICAR NO ESTADO

Uma extensa área de terra fértil pertencente à Rede Ferroviária Federal, em Miranda, e uma gleba pertencente à Someco, em Ivinhema (MS), são algumas das alternativas para assentamento de cerca de 800 famílias de posseiros de Naviraí, Bodoquena, Taquarussu e Nova Andradina que vivem há muitos anos o drama dos conflitos com índios, jagunços e com a própria política, que os expulsa de suas lavouras a mando dos latifundiários. A permanência dos posseiros no Estado foi assegurada pelo ministro para Assuntos Fundiários, ao governador do MS. A efetivação dos estudos dependerá de projetos a serem elaborados entre o Ministério e o Departamento de Terras do MS. (CORREIO DO ESTADO - 19/8/83)

MOVIMENTOS POPULARES

MORADORES DISCUTEM PROBLEMAS DAS FAVELAS NO RIO

Cerca de mil pessoas se reuniram ontem numa quadra da Escola de Samba representando cinquenta associações de moradores da Zona Oeste da cidade para discutir a posse da terra para os favelados, problemas da comunidade, e denunciar o despejo de seis favelas da região. Todos ficaram decepcionados com a ausência da figura principal - o Governador Brizola - que havia confirmado sua participação. O coordenador da Pastoral de Favelas lembrou que "antes das eleições ele garantiu sua participação na discussão dos problemas comunitários, e que agora não vem acontecendo". O ponto principal do encontro foi a garantia da posse da terra para quem nela mora há mais de 20 anos. Para o presidente da FAFERJ, a urbanização das favelas é de maior importância que a remoção: - Devemos lutar por condições mínimas de saúde e saneamento básico. - O despejo que ameaça seis favelas da Zona Oeste, foi tratado pelo Secretário de Justiça, também presente como emergência. (JB - 29/8/83)

ZONA LESTE DE SP PRESSIONA SECRETÁRIOS

Cerca de três mil pessoas do Movimento de Saúde da zona Leste mantiveram ontem, por três horas, tensas negociações no estacionamento da Secretaria da Saúde do Estado com os secretários Yunes e José Guedes (da Higiene e Saúde da Prefeitura). Os manifestantes queriam respostas às suas reivindicações - implantação de mais 14 Centros de Saúde, seis hospitais e um ambulatório e melhoria do atendimento - e fizeram os secretários assinar as promessas. Ao sair do encontro, Yunes disse que "democracia é assim mesmo", enquanto Vera Cruz, integrante do movimento, afirmava: "Nada do que pedimos foi atendido por inteiro." (FSP - 26/8/83)

POLÍTICA NACIONAL

OPOSIÇÕES FECHAM CERCO AO 2.045

Os líderes do PMDB e do PT na Câmara Federal anunciaram que todos os partidos de oposição fecharam questão pela rejeição do decreto-lei 2.045, que modifica a política salarial. O líder do PT disse porém que seu partido não formalizará junto ao TSE a decisão, já adotada pela bancada, e o vice-líder do PTB declarou apenas que o partido irá "examinar o assunto". (FSP - 24/8/83)

ULYSSES PEDE A MORATÓRIA E ELEIÇÃO DIRETA

O presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, ocupou ontem a tribuna da Câmara, da qual esteve afastado por quase 15 anos, a fim de apresentar o programa alternativo do partido para a solução dos problemas do País. Pregou a Constituinte, eleição direta para a escolha do sucessor de Figueiredo, a moratória para a dívida externa, a reformulação da política econômica do governo e o entendimento entre os partidos. (Ver notícia seguinte). (ESP - 25/8/83)

AS PROPOSTAS DO PMDB:

Propostas políticas: . eleição direta do Presidente da República em 1984 e diretas em todos os níveis; . convocação de uma Assembleia Constituinte a 15 de novembro de 1986; . direito de voto ao analfabeto. Propostas econômicas: . retomada do crescimento da economia ao nível de, pelo menos, 4% ao ano e do nível de emprego, tendo por base o setor de bens de capital; . elevação do salário médio correspondente ao aumento da produtividade média da economia, com redução das disparidades salariais entre os setores urbano e rural; . subordinação do setor estatal ao Congresso; . aumento dos dispêndios do Estado no campo social, através de um programa de saneamento, educação, habitação, transportes e previdência; . reforma fiscal, com os objetivos de reduzir as disparidades de renda e aumentar a participação dos Estados e Municípios na receita tributária; . reforma agrária para dar terra aos que nela trabalham; . reorientação da economia para o mercado interno; . redução gradativa e seletiva dos subsídios; . rompimento do acordo com o FMI; . decretação da moratória, com suspensão do pagamento dos juros e do principal por um período de três anos. O pagamento da dívida será feito num prazo mínimo de 25 anos; . plano de emergência visando a possibilidade de redução do fornecimento de petróleo; . restrição às importações; . controle do Congresso sobre os investimentos públicos e concessão de incentivos à iniciativa privada. (ESP - 25/8/83)

REPRIMIDO ATO DA UNE EM SALVADOR

Soldados foram feridos a pedradas e estudantes detidos, ontem, em Salvador, durante as manifestações do Dia Nacional de Luta, convocado pela União Nacional dos Estudantes e que reuniu cerca de mil alunos diante da Reitoria, no campus da Universidade Federal da Bahia. Para prender manifestantes, policiais da PM baiana invadiram o Hospital Escola Edgar Santos, soltando bombas de gás lacrimogêneo. A ação policial forçou a remoção de pacientes para outras unidades hospitalares. Em São Paulo, a desorganização e a impontualidade foram responsáveis pelo pequeno comparecimento (menos de 70 pessoas) ao ato público na praça da República. (FSP - 26/8/83)

RESPOSTA DA SEPLAN NÃO CONVINCE

O documento da Seplan sobre o escândalo das "polonetas", lido da tribuna do Senado pelo vice-líder do governo, não convenceu parlamentares e empresários. Segundo o líder do PMDB na Câmara, "foi uma verdadeira confissão de culpa". O presidente da Comissão de Finanças do Senado, do PMDB, comentou: "É um documento vazio, inconcluso e vago" e nada representa para esclarecer as denúncias feitas pelo "ESP". As explicações da Seplan não convenceram também o presidente da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras, que as considerou incompletas. (ESP - 28/8/83)

GALLUP CONSTATA QUE 79% DOS BRASILEIROS QUEREM VOTAR PARA PRESIDENTE

A preferência da população brasileira pela eleição direta do Presidente da República continua a crescer, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Gallup em junho: 79% dos 2 mil 612 entrevistados se declararam a favor da eleição direta e 12% a favor da

eleição indireta. Em fevereiro, o Gallup constatou, numa amostragem quase idêntica (2 mil 619 entrevistados), 74% pela eleição direta e 15% pela eleição indireta. (JB - 28/8/83)

EMPRESÁRIO QUER TRÊS ANOS DE CARÊNCIA

A imediata renegociação da dívida externa brasileira - "os banqueiros internacionais estão prontos" - é a única maneira, para o empresário Antônio Ermírio de Moraes, de evitar um iminente racionamento de petróleo no País, o que, no seu entender, agravaria ainda mais o processo recessivo. Essa renegociação deveria prever três anos de carência para todos os pagamentos, inclusive juros, para que a economia possa respirar e voltar a crescer, de acordo com o empresário. (FSP - 23/8/83)

INTERNACIONAIS

ENTERRO DE AQUINO REÚNE 500 MIL EM MANILA

Na maior manifestação antigovernamental da história das Filipinas, uma multidão avaliada em 500 mil pessoas acompanhou ontem o féretro do líder oposicionista Benigno Aquino, assassinado no domingo, gritando slogans contra o regime de Ferdinand Marcos e pedindo a volta da democracia no país. Durante o cortejo, milhares de estudantes, aos gritos de "lute, lute, lute", convidavam o povo a se unir contra a ditadura de Marcos. "Libertem nosso país, libertem nosso país", foi o slogan mais ouvido entre a multidão, que erguia centenas de cartazes com a inscrição "Ninoy (o apelido de Aquino), nós estamos contigo". A viúva do líder oposicionista, Corazón Aquino, declarou que se Marcos "é sincero ao demonstrar seu sentimento de pesar pela morte do marido pode demonstrá-lo libertando todos os presos políticos filipinos", estimados em cerca de 1.100. (FSP - 26/8/83)

CARDEAL RESPONSABILIZA GOVERNO DE MARCOS PELO ASSASSINATO DE AQUINO

O líder da Igreja Católica filipina, Cardeal Sin, afirmou ontem que o Governo de Ferdinand Marcos não poderia se eximir de toda responsabilidade pelo assassinio do líder oposicionista Benigno Aquino: - Mesmo aqueles que não culpam os militares reconhecem que o Governo errou porque, quem quer que tenha sido o assassino, um fato é indubitável: Ninoy foi morto quando estava sob custódia da segurança do Governo. O Cardeal não aceitou participar da comissão especial nomeada por Marcos para investigar o assassinio. A viúva do líder oposicionista afirmou que também não aceitaria participar da comissão. (JB - 29/8/83)

PROTESTO NO URUGUAI: A POLÍCIA PRENDE 400

A polícia prendeu cerca de 400 pessoas ontem na capital uruguaia nas manifestações que se seguiram ao maior protesto contra o regime militar que se instalou no país há dez anos. Durante duas horas, anteontem, das 18 às 20 horas, as ruas de Montevideu e das principais cidades do interior ficaram praticamente vazias com a adesão quase unânime da população à jornada de protesto convocada por todos os partidos políticos, inclusive os que estão na ilegalidade. Às 20 horas todas as luzes se apagaram e as pessoas foram para as calçadas para um cacerolazo (bater em panelas vazias) de 15 minutos. As prisões começaram ainda na madrugada, em frente a sede do Serviço de Paz e Justiça, quando um batalhão de polícia antimotins atacou um grupo de 250 pessoas que estava em frente ao prédio para esperar os dois padres e o pastor metodista que no

dia 11 de agosto iniciaram uma greve de fome contra o governo e que terminou anteontem, com um dia de "reflexão nacional". Os partidos políticos do Uruguai se reuniram ontem para estudar a convocação de novos protestos pacíficos, depois do sucesso da manifestação de anteontem. Atualmente estão interrompidas as conversações, entre o governo e os três partidos legalizados, em torno de um prometido retorno à democracia com eleições em 1984 e posse dos eleitos em 1985. (ESP - 27/8/83)

SEITA MOON MONTA PASE EM HONDURAS CONTRA COMUNISMO

A América Central, que neste momento é um campo de prova para violentas experiências políticas e militares, tornou-se alvo de uma infinidade de seitas evangélicas, que pregam uma espécie de conformismo, ao contrário de muitos padres católicos, que reivindicam justiça social e mudanças estruturais. Agora, a América Central está sendo invadida pela Igreja da Unificação, a Seita Moon que, tempos atrás, teve de transferir para Montevideu suas principais atividades na América do Sul, depois que vários de seus templos foram invadidos por populares no Brasil. O homem forte do Governo hondurenho, General Gustavo Alvarez Martinez, comandante das Forças Armadas, é apontado como o mais notório adepto da seita Moon em Honduras. Seguindo seu exemplo, muitos outros funcionários do Governo e destacados empresários hondurenhos se integram à organização paralela à seita chamada Causa. Eles encontram ali uma espécie de justificativa ideológica e religiosa para sua "missão": "salvar a América Central do comunismo". Em reação ao crescimento da seita Moon, a Igreja Católica de Honduras lançou uma Carta Pastoral. - A seita Unificacionista, em nome do combate ao comunismo, submete seus seguidores a táticas demolidoras que levam, em alguns casos, a colapsos nervosos, loucura, suicídio, certa perda de vontade e da liberdade, que fica francamente submetida à autoridade e organização da Igreja Unificada, a qual (o adepto) tem que se render totalmente, numa espécie de escravidão material e espiritual - denunciou a Carta dos bispos hondurenhos. A seita Moon é milionária, pois tem grandes empresas nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. (JB - 27/8/83)

BISPOS PEDEM DIÁLOGO COM O SOLIDARIEDADE

Em nota divulgada ontem, a Conferência Nacional dos Bispos da Polônia exortou o governo comunista polonês a abrir um diálogo com a população, inclusive com o sindicato proscrito Solidariedade. E condenaram as "leis repressivas" do regime. Os bispos poloneses lamentaram que o governo do general Jaruzelski não tenha "aproveitado a oportunidade criada pela visita do Papa (de 16 a 22 de junho passado) para conseguir um autêntico entendimento nacional". Para eles, "quando o diálogo entre o governo e a nação deixa de existir, a paz social fica em perigo ou desaparece por completo". (FSP - 27/8/83)

"VERDES" DEFENDEM NICARÁGUA

Deputados do Partido Verde pediram ontem ao governo alemão que modifique sua política com a Nicarágua e deixe de silenciar sobre a "política de intervenção norte-americana". Ao regressar de uma visita a Nicaragua, os parlamentares desta agremiação ecologista e pacifista assinalaram que o governo alemão não deve mais retardar a ajuda econômica já aprovada e contribuir para que a Nicarágua seja capaz de viver economicamente. (FSP - 25/8/83)

EL SALVADOR, GUATEMALA E HONDURAS FORMAM ALLIANÇA PARA LUTAR CONTRA O COMUNISMO

A reativação do Conselho de Defesa da América Central (Condeca), aliança militar criada há 20 anos para "combater a ameaça comunista", deverá ser anunciada nas próximas semanas pela Guatemala, Honduras e El Salvador. Fontes diplomáticas informaram que os

detalhes finais para a reestruturação do Conselho serão tratados em setembro. (ESP - 26/8/83)

PAULO FREIRE VAI PARA MANÁGUA

O pedagogo brasileiro Paulo Freire, presidente do Conselho de Educação de Adultos da América Latina, estará em Manágua para assistir, no domingo, o Encontro de Educação Popular para a Paz, na cidade de Esteli. Segundo a agência oficial de imprensa do país, o congresso tem o objetivo de "fortalecer a solidariedade entre os educadores da América Latina e trocar experiência com os professores de adultos e camponeses da Nicarágua, alfabetizados há três anos pelo método do brasileiro Freire. Os visitantes aproveitaram a viagem para conhecer diversas zonas do interior da Nicarágua, especialmente aquelas que frequentemente são atacadas por contra-revolucionários que operam a partir do território hondurenho - e que já mataram 32 alfetizadores. (ESP - 26/8/83)

FMI MANTÉM EXIGÊNCIAS E DIFICULTA NEGOCIAÇÃO

Uma fonte bancária de Nova Iorque informou que o acordo final entre o Brasil e o FMI depende da revisão das metas para 84: redução do déficit público a zero e queda da inflação para 55%. O FMI insiste na manutenção desses indicadores, considerados impossíveis de serem alcançados pelo Brasil, sem risco de convulsão social. O Brasil não deverá pagar a terceira parcela de 400 milhões de dólares do crédito-ponte concedido pelo Banco Internacional de Compensação, que vence terça-feira, informou a imprensa alemã. Outra parcela semelhante venceu em maio e o Brasil ainda não pagou. (ESP - 26/8/83)

OUTRAS

SALÁRIO MÍNIMO ATUAL É DE 64% DO QUE SE GANHAVA EM 1961

O maior salário mínimo do País, Cr\$ 34.776,00, válido para a região Sul-Sudeste e Distrito Federal, equivale hoje a 64,51% do salário mínimo de outubro de 1961, que tinha um valor nominal de Cr\$ 1.271,40. Em outras palavras, o assalariado de hoje, para ter o mesmo poder aquisitivo de há 22 anos atrás, deveria estar ganhando o salário mínimo de Cr\$ 53.907,92. Essa desvalorização se torna mais marcante quando se sabe que 48,5% das 48 milhões de pessoas que integram a PEA - População Economicamente Ativa - ganham menos do que dois salários mínimos. Desde 1961, o salário mínimo do País vem sofrendo uma perda do seu poder de compra. Em 1964 ele já valia 10% a menos do que no início da década. Em 1974, durante o "milagre econômico" o seu valor real era de apenas 53,8%. (FSP - 28/8/83)

ENTRE MIL, METADE NÃO COMPLETA UM ANO NO CEARÁ

"De cada mil crianças que nascem no Ceará 500 morrem antes de completar o primeiro ano de vida." A declaração foi feita pelo secretário de Saúde do Ceará, reagindo contra declaração do assessor da Divisão Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde que ontem afirmou que os dados da Secretaria de Saúde são "produto de especulação de gente pouco orientada". (FSP - 26/8/83)

MORTALIDADE INFANTIL NO CEARÁ É A 3ª DO MUNDO

A mortalidade infantil em Fortaleza é a terceira maior do mundo, perdendo apenas para o Laos e o Camboja, dois países vizinhos da Ásia devastados por guerras e massacres, segundo o relatório deste ano da UNICEF. Segundo a UNICEF, para cada criança que morre antes de completar um ano seis sobrevivem com marcas permanentes deixadas pela fome, das quais a mais grave é a mutilação do cérebro. Se a criança não come até os três anos, seu tecido nervoso não se forma ou degenera para sempre e o resultado é um homem baixo, magro, pouco inteligente e incapaz de coordenar bem seus movimentos. (JB - 25/8/83)

DESEMPREGO AMPLIA CASOS DE SUICÍDIO

O número de tentativas de suicídio em razão do desemprego está aumentando. Os casos referem-se, quase sempre, a homens entre 30 e 40 anos, casados, desempregados há pelo menos seis meses. "Eles dizem que não aguentam mais ver os filhos passando fome e não suportam mais ser chamados de vagabundos", relata um psicólogo que coordena um projeto de ajuda aos suicidas. Hoje, cada vez mais pessoas procuram ambulatórios de saúde mental e consultórios de psicoterapia, apresentando problemas psíquicos desencadeados ou agravados pela crise. (FSP - 28/8/83)

CARTA DO LEITOR

FAVELADOS PEDEM SOLIDARIEDADE

Petrópolis, 10/8/83

Companheiros,

"Tomamos a liberdade em escrever-lhes pedindo apoio para a luta de duas Vilas (favelas) desta cidade que se vêem no momento ameaçadas de despejo. São duas vilas, a vila Jataí e a vila Cemig, localizadas no Bairro Santa Cruz (PTB), Betim, MG.

BREVE HISTÓRICO:

A VILA JATAÍ, era um buraco usado para se jogar lixo e detritos de animais. Alguns migrantes, como todos já sabem, na sua maioria expulsos do interior, vieram aqui habitar a procura de melhores condições de vida. Após algum tempo, o Senhor Geraldo de Souza, dono de uma imobiliária comprou o terreno, já habitado e moveu um processo de despejo. Por ter havido um atraso na defesa, o processo se complicou. Quando os moradores tomaram conhecimento da continuidade do processo, tomaram providências, e um outro advogado está encaminhando a defesa, mas o processo já está em execução. Isto iniciou em 1978. O Advogado Arutana, da CDDH, não recebeu o comunicado do Juiz para a última audiência, e mesmo assim, o Juiz deu a sentença despejo.

E no mesmo bairro, o dono sendo outro, a VILA CEMIG, falando de modo geral, passou pelo mesmo processo de habitação. Como o advogado é o mesmo, o processo está tendo o mesmo encaminhamento. Só que, na Vila CEMIG o nº de famílias é muito maior (150) e na Vila Jataí (50).

Pensamos, que isto seja um plano tático, para tirar todas as famílias aos poucos.

Tão logo os moradores da vila souberam do despejo, eles se organizaram, procuraram o CDDH e foram atrás do prefeito. Fizeram e estão fazendo ainda várias reuniões, e o fato foi divulgado pela cidade e nas outras vilas. Convidaram o prefeito para estar presente nas reuniões. Diante de mais de 200 famílias juntas lutando pelo direito de morar, o prefeito vendo que se tornaria um problema social, comunicou com os órgãos competentes e sustou o despejo até segunda ordem. E com isso, o advogado

vai poder entrar com mandado de segurança para conseguir indenização para os moradores, pois nem a isto eles tinham direito.

Agora as duas vilas formaram uma comissão de 20 moradores para ver o que fazer daqui pra frente. O QUE ELES QUEREM É CONTINUAR NA TERRA.

Dentro destas duas vilas, existem alguns barracos que não se encontram no processo de despejo, porém está havendo neste sentido, uma verdadeira união e solidariedade entre eles, os que estão e os que não estão sendo despejados. Porque se tirarem uns agora, ficará mais fácil de tirar os outros depois.

E o problema maior é o desemprego, 80% dos moradores estão desempregados. ELES DESEJAM UNICAMENTE PERMANECER NO LOCAL, UMA VEZ QUE A MAIORIA NÃO TEM CONDIÇÕES DE NEGOCIAR SAÍDA PARA OUTRO LOCAL.

Já está em andamento, uma proposta feita pela Prefeitura Municipal de Betim, de ver 212 lotes através da CDI, que serão vendidos aos favelados. Este projeto, segundo o Prefeito será entregue até o final de julho para estudo (Prefeito que não é a favor de vilas, está tentando outros meios).

Diante destes fatos acima citados, pedimos o apoio na divulgação do material que segue e que enviem:

TELEGRAMAS PARA:

1 - AO PREFEITO DE BETIM

Newton Amaral Franco

Av. Governador Valadares s/n - 32.500 - Betim - MG

- Pedir que ele continue apoiando os moradores das duas vilas.

- Que ele, junto aos moradores, consiga negociar com os órgãos competentes e os donos do terreno, a permanência dos moradores nos locais atuais e a urbanização das áreas.

2 - Ao Gabinete do Sr. Governador do Estado Tancredo Neves.

Praça da Liberdade s/n - 30.000 - Belo Horizonte - MG

- Que apoie os moradores das vilas Jataí e Cemig e que consiga a permanência deles em seus locais atuais ou lhes dê em outro local condições de moradia digna do ser humano.

3 - Ao Juiz de Direito da 1ª Vara Dr. José Orlando Latalisa de Oliveira

Forum da Cidade de Betim - MG

- Concedência com relação aos casos das duas vilas, revogando o despejo, e levando em conta o número de famílias, ao julgar o processo novamente.

Pedimos favor comunicar ao CDDH de Betim das correspondências enviadas.

Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Rua do Rosário, 12 - Angola

32.500 - Betim - MG

Que Aquele que "veio para todos tenham vida, e a tenham em abundância", ilumine sempre nossa caminhada no sentido de sempre.

ÚLTIMA PÁGINA

O "RACHA" DO CONCLAT: A QUEM INTERESSA?

Maurício Tragtenberg (*)

Em agosto de 1981, 5.200 delegados representando trabalhadores de todo o País reuniram-se na Praia Grande, na forma de Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, elegendo uma Comissão Nacional pró-Central Única dos Trabalhadores, a Pró-CUT. A finalidade era encaminhar um plano de lutas contra o desemprego e o arrocho salarial.

al e a realização de um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - o 1º Conclat - em agosto de 1982.

Em 1982 a pretexto de ser ano eleitoral que partidaria o Congresso - Conclat - este foi adiado, apesar da maioria dos encontros preparatórios de vários Estados ser favorável à sua realização. Isso quase motivou uma cisão, porém os sindicalistas combativos transigiriam para evitá-la, aceitando a realização do Conclat em 1983. Em novembro de 1982, na reunião plenária da Nacional Pró-CUT, foi definida a data de 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Paulo, para realização do Congresso.

Enquanto isso, os partidários da "Unidade Sindical" ou "Unicidade Sindical", de cima para baixo, questionaram o local da realização e a mudança do Regimento aprovado em novembro de 1982, apesar de impresso e distribuído nacionalmente.

Jair Meneguelli apresentou o plano de realização do Conclat em São Bernardo, rejeitado pelos adeptos da "Uni(ci)dade Sindical" a pretexto do ambiente "estreito" e que "dividiria" os trabalhadores. Levantaram também a discussão em torno dos artigos 8º e 9º do Regimento; o primeiro assegura participação de categorias nas quais a diretoria tenha-se recusado a eleger delegados ao Conclat; o segundo garante participação de associação de trabalhadores, não havendo dupla representatividade, como é o caso dos funcionários públicos, proibidos de sindicalizar-se e se organizando por associação. A Contag, via sr. José Francisco, atua como vanguarda da "Uni(ci)dade Sindical", retira-se do Congresso, enviando circular às Federações de Sindicatos Rurais solicitando que não participem do Congresso, previsto para o final de agosto.

A 14/8, em reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidida por Argeu Egídio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos, uma centena de entidades decide pelo adiamento do Conclat, pelo menos, por 60 dias. A Secretaria da Comissão Organizadora do mesmo envia circular em que define que o Conclat será realizado na data prevista, mas, em São Bernardo, porque o governo do Estado não oferecia condições para sua realização em São Paulo. Em nota no dia 16/8 explica os motivos de sua decisão, desautorizando qualquer plenária de dirigentes sindicais a modificar decisões anteriores da Comissão Nacional Pró-CUT.

Em reunião presidida pela Contag, em Brasília, duzentas entidades sindicais marcam outro Congresso para 4, 5 e 6 de novembro. A quem interessa isso?

Por que a maioria da Comissão Nacional Pró-CUT não quer o Conclat? Porque a sua realização implica na maior união dos trabalhadores e isso contraria o interesse daqueles que procuram o "diálogo" ou "consenso" com o Estado.

Isso ficou claro através das declarações de Argeu (Fed. Metalúrgicos de S. Paulo) e Orso (Fed. Metalúrgicos do RS), após saírem da audiência com o presidente Auréliano Chaves. Declararam que os trabalhadores estão dispostos a maiores sacrifícios desde que haja diálogo. Por isso, o sindicalismo "pelego" marcou seu Congresso para 4, 5 e 6 de novembro, pois já teria sido encerrado o prazo de tramitação do decreto-lei 2.045 no Congresso Nacional. Estaria consumada a "entrega" dos trabalhadores à sua na da tecnocracia do Estado, totalmente indefesos.

Como é possível falar em "diálogo" ou "consenso" quando se intervêm em 5 sindicatos, destituindo trabalhadores legitimamente eleitos por suas categorias? Quando é assassinada uma ex-presidente de um Sindicato Rural na Paraíba - Maria Margarida - e nada acontece com os assassinos? Em nome do "diálogo", o "peleguismo sindical" procura que a classe trabalhadora aceite os acordos com o FMI e pague o preço destes.

Interessados em confundir a opinião pública, uns justificam o "racha" argumentando que os artigos 8º e 9º do Regimento permitem participação de Associações de Bairro. Uma mentira que encobre o conchavo com os donos do poder. Outros vêem no "racha" uma briga entre facções políticas. Os partidários do Conclat agora e já têm filiados ao PT, PMDB, PTB e PDT. Os partidários do adiamento após a votação do Decreto-Lei 2.045 têm adeptos dos mesmos partidos, excluído o PT e incluído o PDS. A verdade é outra: de um lado há trabalhadores que lutam por uma CUT para combater a política econômica oficial antipopular e, de outro, os "pelegos" sindicais, braço direito do regime que aí está. (FSP - 25/8/83)

Maurício Tragtenberg é professor do Departamento de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).